

**Emigração caboverdiana em São Tomé e Príncipe (1940 – 1970) :
uma apropriação do tempo e dos espaços.**

MARINA BERTHET¹

Os dados apresentados nesta comunicação provêm de um trabalho de pesquisa realizado durante a minha pesquisa de doutorado que acabou tornando-se um trabalho de campo "paralelo". É, portanto, um trabalho distinto do meu trabalho de campo de doutorado, principalmente por conta da metodologia utilizada e do tipo de questões e hipóteses levantadas. Meu tema de doutorado não abordava diretamente a questão da emigração, mas sim as atividades de ONGs nas *plantações* de cacau, conhecidas localmente roças. Ao visitar as roças, conheci muitos cabo-verdianos que já moravam nessas roças há mais de trinta anos. São eles que, pouco a pouco, me contaram pedaços de suas histórias, de suas origens, a viagem para São Tomé, a chuva constante, o trabalho e as cicatrizes em "tempo de branco" e o não reconhecimento de sua contribuição para a construção da nação saotomense e as dificuldades encontradas depois da independência. Eles também me acolheram nas suas famílias e seus filhos me contaram o tempo do trabalho nas roças nacionalizadas, a distribuição das terras, mencionaram aqueles que regressaram a Cabo Verde ou que conheceram novos destinos, principalmente Portugal, as dificuldades econômicas e a falta de apoio político.

Quando se conta a história da vida cotidiana nas roças de cacau, é necessário conhecer a história dos trabalhadores rurais imigrantes e de suas famílias. O mundo das roças de cacau de São Tomé e Príncipe é ainda muito pouco estudado, embora se deva observar algumas participações de peso: Eyzaguirre (1986) e Nascimento (2002), por exemplo. A história da cacauicultura começou no século XIX, quando os colonizadores portugueses olharam novamente para África depois da sua "perda" do Brasil. Esse retorno será caracterizado, nas ilhas do cacau, por uma apropriação de terras férteis e, após a abolição da escravatura, pela importação de força de trabalho agrícola de homens, mulheres (e às vezes crianças) e, em seguida, que chamaram de contratados. Em primeiro lugar, discutirei a noção de roça, contextualizada, e propondo uma análise do conceito e seus usos dentro da realidade social de São Tomé, a fim de compreender

¹ Professora adjunta na Universidade de Juiz de Fora. Departamento de história.

como os atores sociais, principalmente os emigrantes, se apropriaram o espaço físico da roça e seu nome. A roça parece como um espaço (em movimento), uma configuração econômica, constantemente negociada pelos seus principais protagonistas e como uma realidade social. A separação entre o mundo de roças e outras áreas das duas ilhas foi tão acentuada que muitas vezes os imigrantes desembarcavam na ilha para ser levados, em seguida, diretamente para seu local de trabalho e de moradia : a roça. A roça fortalecida pelo poder de seus proprietários, constituía um microcosmo independente, muitas vezes apresentada como sendo um mundo paralelo ao mundo da cidade de São-tomense. O sistema agrícola de roas modificou totalmente a configuração das duas ilhas, marcou profundamente as relações entre indivíduos e a terra, as formas de organização do trabalho agrícola e as relações sócio-econômicas.

A palavra roça é sinônima de plantação/plantation, essa última palavra, comumente utilizada em ex-colônias britânicas e francesas. Há algumas descrições de roças saotomenses, principalmente em história e literatura. Russel G. Hamilton olha para a questão das roças através do estudo da poesia e dos romances escritos por alguns autores saotomenses ou portugueses. Ele cita Almeida Viana, Fernando Reis, Luís Fundo, como autores do ciclo de cacau em São Tomé e Príncipe, que ele denomina : ciclo das roças. É importante ressaltar aqui que na maioria dos romances citados, a narrativa está impregnada de uma perspectiva colonial.

O verbo roçar, segundo o dicionário Aurélio, vem do latim *ruptiare*, que significa : cisão, parte, ruptura. Roçar também significa cortar. Esta definição seria a origem da palavra usada hoje em São Tomé e Príncipe, segundo Tenreiro, geógrafo saotomense, quando afirma que:

“Es posible que la palabra roça, traída por los portugueses a Brasil, haya sido introducida en Sao Tomé y Príncipe en esta época; lo cierto es que en los siglos XVI y XVII no se hablaba más que de haciendas o de ingenios de azúcar^[14], no habiendo otra palabra para designar una ocupación agrícola de rendimiento”.(TENREIRO, 1961:49)

Este autor também argumenta que até o século XIX, o termo roça nasceu em São Tomé para designar uma pequena fazenda destinada a culturas de subsistência e, neste caso, muito parecida com o significado no Brasil, para designar um lote de terra, em que são plantadas culturas alimentares. A versão da influência brasileira no uso da palavra roça é apoiada por Jean Louis Rougé. Isso explica porque a palavra roça. No português de São Tomé, a palavra roça, equivalente em forro, a principal língua falada em São Tomé é losa ou lotha em angolar, uma língua falada ao sul da ilha de São Tomé e loso em lung'ie, a língua falada no Príncipe. Louis Rougé afirma que "o café e o cacau foram introduzidas no arquipélago, durante a segunda metade do século XIX para assumir que a roça veio do Brasil, onde essa palavra significa "terreno de cultivo" (Rougé, 2004: 252).

Sobre a influência do Brasil, a palavra foi aprovada pelos usuários das línguas locais e passou a designar espaços de maior dimensão (como no Brasil). Alguém poderia perguntar: qual é a ligação entre uma plantação de monocultura de exportação agrícola capitalista e um pequeno pedaço de terra onde cultivava-se mandioca já que para esses dois espaços, se usa a mesma palavra? Madeira Santos sugeriu que as roças representam o espaço ordenado, ao contrário do espaço desarrumado, associado à densa floresta de São Tomé, chamado "Mato ou obo : espaço marginal e confuso, porque representa um refúgio para escravos fugitivos. Nartey (1986) explica que em forro, roça significa floresta domesticada, claramente associada ao sistema colonial português. Obo "representa não apenas um abrigo, mas também uma valiosa fonte de recursos, na forma de ervas, usado após vários rituais, contos, histórias fortes, símbolos importantes na cultura forro.

No decorrer das décadas (final do século XIX até o presente), a roça se tornou o espaço social dinâmica agrícola, percebido tanto como um local de exploração como um destino final para para os imigrantes onde podia trabalhar a terra sem nunca se tornar dono dela. É também o local de resistência ativa e passiva. As roças sempre representaram espaços de sociabilidade e de construção de laços sociais e familiares, reprimidos ou não. Em termos de representações, a roça vai ser rapidamente percebido como um símbolo da civilização colonial recuperado pelo estado nacional independente. Como em outras partes da África, a independência tem implementado uma onda de renomeação dos lugares ocorreu: praças, ruas, edifícios e todos os outros elementos da

arquitetura colonial, vão ser renomeados com palavras em línguas africanas. Isso aconteceu em São Tomé e Príncipe, com a mudança do nome de certas ruas e praças (por exemplo, o nome de um dos espaços existentes, chamado "Plaza de la Independencia). Em contrapartida, as roças, surpreendentemente, têm mantido seus nomes anteriores, apenas uma das mais prestigiadas, chamado Rio de Ouro, adquiriu, no momento da independência, o nome de Agostinho Neto. Pode-se perguntar por que os habitantes das roças não mudaram os nomes dados pelos seus antigos proprietários?

Esta falta de propriedade, resultando no fato de que a mudança de nome revela um pouco mais do que um ato político realizado pelas elites, que precisam de um local. É um sinal de falta de apropriação da terra e do seu local de residência? Com efeito, recordar que o Estado Santomense sempre o proprietário da infra-estrutura, casas e terrenos de todas as roças ..

A palavra roça sempre foi sinônimo de bens. Os filhos da terra, como descendentes de portugueses persistiam em chamar, com algum orgulho, suas propriedades modestas de roça ou rocinha. Lembremo-nos que o grupo de filhos da terra foi, em parte, privada de terras herdadas de seus pais ou vendido, após a colonização Português segundo começou a mostrar sinais de sucesso económico, graças às roças.

Propomos aqui uma hipótese para a compreensão de como a palavra roça agora corresponde há muitas áreas agrícolas diferentes. O grupo despojado de seu prestígio, acabou por manter o nome roça para seus próprios lotes de terra, independentemente de sua dimensão, como um sinal de resistência política e simbólica. Porque as pequenas parcelas de terra não podiam ter o mesmo nome do que as grandes fazendas coloniais?

A migração caboverdiana em São Tomé et Príncipe iniciou-se em 1863, segundo Antonio Carreira (1977), um dos especialistas sobre o tema, ou em 1864 segundo um outro especialista: Nascimento (2002) com 84 contratados. A emigração caboverdiana evoluiu de maneira dinâmica, com contextos históricos diversos e com uma intensificação entre os anos quarenta e sessenta. Trata-se de mais um século de emigração. O que significa que essa emigração foi dinâmica, trazendo grupos heterogeneos de caboverdianos, ritmada por diversos discursos políticos e associada a experiências individuais ou coletivas. Nascimento (2007), propõe a idéia de uma migração induzida, o que significa que se trata de uma migração que envolve uma

intervenção administrativa para incitar à emigração, mas que deixa uma certa margem de manobra. Trata-se aqui desvendar essa emigração, ou analisá-la a partir de suas experiências individuais para aproximar-se dos emigrantes, incluir na nossa análise seus percursos e trajetórias, incluir ainda o olhar que eles têm sobre essa emigração em São Tomé e Príncipe. É também aceitar a idéia que eles fizeram escolhas, desenvolveram estratégias de sobrevivência, influenciaram a cultura local. Um dos aspectos menos conhecidos dessa emigração é por exemplo a apropriação dos espaços físicos e a importação de práticas de solidariedade, essencialmente através do djuntamon e do compadrio.

A migração mencionada aqui, quer que seja induzida ou forçada, é mais do que um fator de pressão utilizada pelo estado colonial ela é uma base na identidade caboverdiana. Em 1979, a população das roças era de aproximadamente 14.600 personnes, cinco anos mais tarde, era de 10.840 (Nartey, 1986).

As análises sobre as migrações são em plena transformação. As novas perspectivas permitam pensar de maneira diferente os espaços, os territórios, as relações sociais e os laços sociais. Pretendemos aqui se questionar sobre os sentidos que os migrantes dão aos seus espaços. É ainda a possibilidade de pensar os espaços em movimento, a circulação das idéias e das práticas que permitem repensar a noção de espaço ultrapassando o universo local, as fronteiras. Reconfigurar os espaços a partir da sua apropriação feita pelos emigrantes é uma possibilidade de entender o mundo a partir de suas próprias referências. A pluralidade dos espaços-tempos para o emigrantes mostram que eles também constroem seus percursos, suas práticas. O que podemos dizer a partir das entrevistas realizadas entre 1999 e em 2003 e 2004 é que o projeto de emigração inicial nunca é igual ao projeto de emigração realizado. Outro elemento de importância é o sentimento de pertencer ao país de origem se manter fiel as suas origens. Em São Tomé e Príncipe, é através os atos do cotidiano, a alimentação, as práticas de solidariedade e de redes sociais estabelecidas, o trabalho agrícola, a língua crioula.

Em segundo lugar, vamos nos desbruchar sobre a seguinte pergunta: quem são os emigrantes caboverdianos e qual o balanço que eles fazem sobre sua experiência de emigração?

Aposentados, ex-trabalhadores agrícolas, as mulheres e os homens entrevistados vieram principalmente de Santiago, Fogo, Brava e, em menor grau de São Nicolau, São

Vicente. Ao contrário dos imigrantes de Angola e moçambicanos, grande parte da força de trabalho agrícola em São Tomé na década de quarenta, a emigração caboverdiana foi também uma emigração de casais e de famílias de imigrantes (principalmente entre 1945 até o fim da imigração), tendo em conta os interesses do governo colonial, que planejava construir uma classe social agrícola local inexistente, oferecendo terras para as famílias cabo-verdianas que tenham concluído o seu contrato de trabalho. Os idosos são a geração de cabo-verdianos viva, que uma vez em São Tomé e Príncipe (os anos cinquenta), passou por três diferentes regimes políticos, multiplicando os contratos, tendo sido contratados no tempo colonial, empregados do Estado são-tomense. De acordo com uma fonte não confirmada, depois da independência, o Estado são-tomense propôs a aposentadoria para muitos trabalhadores mas a condição que esses dessem mais dez anos de trabalho nas roças nacionalizadas em troca de uma pensão. Foi nessa época, que muitos deles com ajuda substancial do Estado, decidiram voltar para Cabo Verde, enquanto alguns decidiram tentar a sua sorte em Portugal, e outros decidiram permanecer posto para ficar com seus filhos. A migração é composta por vários espaços, como já dissemos, o que consolida a sua continuidade. S. João, o Sr. João P. Sr P., foram para São Tomé entre 1952 e 1957 com a idade de 19, 22 e 16 anos respectivamente, têm trabalhado em várias roças (seis roças no espaço de quatro anos para o primeiro). Sr. Vicente T., entretanto, visitou Angola e São Tomé, em 1955, depois de concluir um contrato inicial, em seguida, ele voltou em 1960 por três anos durante os quais ele mais uma vez será responsável por trabalhadores rurais em diferentes roças. Estes homens vivem atualmente todos em Santo Antão (Cabo Verde) e às vezes deixaram uma família em STP. Os seus espaços-tempos contínuos são constituídos de viagens, deslocamentos. Os entrevistados criaram uma referência de tempo comum, adequado para aqueles que emigram. Aposentados constantemente se referem aos seguintes marcadores cronológicos:

- O tempo do branco, o tempo do estado e do tempo de hoje.

O tempo de branco corresponde ao momento em que o imigrante chegou em São Tomé e Príncipe, pela primeira vez e termina na data histórica da revolta dos Cravos, em abril de 1974. É um tempo, um período que se refere a uma época bastante positiva, apesar do trabalho duro e sofrimento. A sua memória do passado colonial não é uma memória anti-colonial. É comum ouvir tais do idoso aos comentários semelhantes aos

do senhor Nho Leila: "Hoje as pessoas não respeitam. Jovens falta de respeito para os idosos. No momento de branco, havia respeito. Hoje, um jovem pode tomar um banho na lavanderia. No momento de branco, ela não existisse. " É uma memória que elimina os aspectos mais negativos, uma memória dinâmica que também reage de acordo com o presente para reconstruir o passado. Sabe-se que o modelo utilizado por esses trabalhadores mais velhos para determinar o tempo final do branco não é a data da independência de São Tomé e Príncipe (12 de julho de 1975), mas a revolta do episódio Cravos (25 de abril) diretamente relacionados com a história de Portugal e que causou, mesmo antes da independência, uma saída em massa de todos os funcionários que trabalhavam nas roças. Sem dúvida, este episódio parece ter mais marcado os trabalhadores rurais do que a independência do país que é mais distante para eles. O acesso aos cuidados de saúde e alimentação também são freqüentemente citados para justificar essa visão bastante positiva do tempo de branco. Os aposentados insistem sobre a qualidade do atendimento no hospital em caso de acidente ou doença. Explicam ainda que a qualidade dos alimentos se justifica pelo fato de ter sido importados de Portugal. Outro elemento fundamental na narrativa dos trabalhadores mais velhos é a questão do trabalho e as tarefas diárias que eles eram obrigados a executar. Os serviços diários estão definidos e as quantidades recordadas. As principais tarefas listadas pelos ex-trabalhadores eram: cortar, catar, catar as cascas do cacau, quebrá-las para extrair a polpa, catar cocos e dividi-los, carregando cestos de cacau. Nha Maria (entrevistada em 1999) lembra o que ela fazia no tempo de branco, marcada pelos dias fixos de coleta de cacau e ritmo de trabalho. O capataz recebia ordens de seu patrão, as cinco horas da manhã, todos se reuniram no quintal da roça. Muitas vezes, as mulheres permaneciam no campo. Nha Rita, decana da roça Plancas I, localizada ao norte do país, que morreu este ano com a idade provável de 88-90 anos. Ela já trabalhou em mais de cinco roças diferente e tinha família em toda ilha de São Tomé, essencialmente, os padrinhos de seus filhos. Ela falava muito de Cabo Verde e expressava-se principalmente em crioulo. Lembrou-se, especificamente, que trabalhava até cinco horas da tarde para quebrar cacau. O capataz de seu gritava sempre.

Ser um trabalhador agrícola significa ser versátil em todas as tarefas agrícolas que devem ser cumpridas dentro de uma roça. A reflexão sobre a condição pessoal do migrante nos dá uma noção da inconstância presente na vida cotidiana. As decisões

podem ser mudadas e o trabalhador pode se mandado com frequência para outra roça, executar várias tarefas agrícolas (etc). Este é o caso Nho Manoel, outro morador da roça de Plancas I, que faleceu há mais de cinco anos, depois de mais de 20 anos nas roças São Tomé e Príncipe. Depois de passar sete anos em Angola (entre 1947 e 1954) foi alguns anos mais tarde em S. Tomé. Naquele tempo, disse Nho Manoel, “Português contratava para ir a São Tomé” e para ele a emigração representou uma estratégia de sobrevivência, um trabalho como qualquer outro sem mais nem menos. Durante o segundo contrato, Nho Manoel e sua esposa viajaram para a ilha do Príncipe. Sua esposa foi repatriada após um acidente de trabalho e ele, depois de romper seu contrato, voltou com ela para Cabo Verde. Eles conseguiram sobreviver alguns meses e optaram por voltar, pela terceira vez, nas ilhas do cacau. Desta vez, a estadia foi prolongada e acabaram por ficar. Nho Manoel foi cozinheiro, operário, técnico agrícola.

As estratégias de sobrevivência diferentes permitem contratados criar um espaço de resistência, para suportar os abusos coloniais. A fuga, o suicídio, a mutilação são vistas como formas de resistência por Ferro (2004) em um contexto colonial de *plantations*. Cabo-verdianos tinham a reputação de serem bons trabalhadores, mas também de saber se defender. Entre 1947 e 1957, quando já estávamos no auge da emigração caboverdiana, 1.663 denúncias de assalto, 449 queixas de má nutrição, 292 queixas de excesso de trabalho, 552 pedidos de repatriação feitas por trabalhadores e registradas na Curadoria dos Trabalhadores. (Hodges e Newitt, 1988).

Na altura da independência, os imigrantes de Cabo Verde se tornaram empregados agrícolas do estado é o que eles denominam tempo de estado. Nhô Domingos nasceu na cidade da Praia, ilha de Santiago, ele chegou em São Tomé com 15 anos de idade, depois de seis anos trabalhando roça Rio de Ouro, voltou a Cabo Verde e, em seguida, voltou novamente para São Tomé e Príncipe, em 1963 com dois filhos e sua esposa. Ele teve cargos de responsabilidade (responsável por grupos de trabalho, de prisão ...). Sobre o tempo de estado ele disse:

"Em 25 de abril já passou por aqui. É triste que o branco se foi. Negro não sabe as coisas dadas. Tudo aqui foi fundado e construído por moçambicanos, cabo-verdianos e Tongas. Eu não sabia que existiam forros, é em 25 de abril que eu sabia que

havia forros. Após 25 de abril, muitas pessoas vieram para trabalhar nas roças, mas eles não dormem aqui. Esse é o trabalho voluntário. No momento do estado, muitos caboverdianos voltaram ou morreram. O branco saiu e não disse nada. Se você não luta, você não tem nada na vida. Eu sempre tive que trabalhar um campo. Eu trabalhava de manhã para o estado e depois vou para a minha área. O salário não era bom, eu não me lembro como c muitos era. Agora minha vida é uma penitência. Antes, nos dias de branco, tinha que levantar às 4:30 da manhã, mas estava tomando café da manhã às 7:30 e as 11:00 foi o almoço. Havia abundância de comida ainda mais após 25 de abril. Não posso dizer que, naquela época eu experimentei um mau momento. Desde o Natal não recebi nada. Quando eu vim para São Tomé, era perigoso. Agora somos livres. No momento de branco, não havia ninguém gritando no jardim da roça. As 21 horas, não havia mais barulho. Estou aqui como uma penitência, se eu encontrar o meu caminho, eu vou. Eu não recebi terra. Eu pedi que eu cultivava campo, mas eles não me deram. Agora eu não tenho força para trabalhar. Minha mulher morreu, ela teve problemas de saúde, os nervos, por mais de dez anos. E como o Estado me ajudou? (Domigos Nho, 1999. Entrevista)² :

O tempo de estado corresponde ao tempo de nacionalização da terra para a distribuição da terra, iniciada no final dos anos oitenta. Este período é freqüentemente uma fonte de críticas por parte de pessoas mais idosas. Embora os salários dos trabalhadores agrícolas aumentaram após a independência, os trabalhadores muitas vezes lembram que havia muito absenteísmo, por parte do Estado saotomenses, na prestação de serviços mínimos que vão desde a manutenção de habitações e infra-estruturas localizadas na roças (acesso à água, assistência técnica na produção agrícola), problemas de transporte, de

² Entretien réalisé avec Nho Domingos le 03/03/1999.

isolamento e de acesso a saúde e hospitais. Os aposentados falam ainda sobre a importância de suas terras em suas vidas dos agricultores, o que lhes permitiram sobreviver quando o Estado não pagava seus salários. Nho Manoel, já citado, tem trabalhado há mais de 25 anos em São Tomé e Príncipe, mas afirma que conseguiu produzir alimentos suficientes em seu campo, com criação de galinhas e cabritos.

Muitos deles, às vezes após 20, 30 ou mesmo 40 anos a trabalhar nas roças recebem uma pensão do Estado no valor aproximado de 75 000 dobras mensais. O processo de exclusão não tem afetado só a primeira geração que sofreu na carne a injustiça do sistema colonial. Outros recebem uma pensão do governo de Cabo Verde, um pouco maior, o que corresponderia a um montante de aproximadamente US \$ 10 por mês. "Essas pessoas das roças" tornaram-se "mais visíveis", após a distribuição de terras e implantação de projetos de desenvolvimento. No entanto, eles encontram muitas dificuldades na reivindicação de seus direitos e ainda não conseguem conquistar seu lugar de reconhecimento na sociedade. Um marco político permitiu que os aposentados que têm um pouco de esperança, com a visita do primeiro-ministro José Maria das Neves de Cabo Verde em algumas roças de São Tomé em 2005. Foi depois dessa visita, o governo de Cabo Verde e de Cabo Verde Consulado em São Tomé e Príncipe criou um sistema de pensões para os cidadãos cabo-verdianos. Desde então, o governo cabo-verdiano está a tentar investir e apoiar estes compatriotas, no que é chamado de "uma das feridas mais dolorosas da diáspora cabo-verdiana".

Importava destacar aqui, o tempo apropriado pelos aposentados: tempo de branco e tempo de estado que permitem, através de depoimentos e experiências pessoais perceber os elementos comuns presentes nas histórias pessoais. Além dos marcadores históricos, encontramos também a narrativa das tarefas realizadas diariamente, a indicação de cuidados de qualidade, o trabalho árduo, mas também o sofrimento do corpo, assim como pronunciada e a insatisfação relacionada aos dois períodos que sucederam ao tempo do branco. Através de depoimentos, é possível sentir a experiência de desenraizamento, que é ainda mais amargo, porque, de alguma forma, a imigração não permitiu, pelo menos do ponto de vista econômico, obter os frutos esperados. Os cabo-verdianos representaram durante as várias fases de sua migração, um grupo social, ameaçando as posições dos portugueses, dado o fato de que possuíam certas

habilidades, além do conhecimento e ler e escrever, enquanto os portugueses, por vezes, não possuíam o ensino primário completo.

Ouvindo essas experiências individuais, percebemos que a migração constitui um elemento inconsciente da cultura cabo-verdiana, construída pela experiência, porque eles funcionam em conjunto, misturando referências e os elementos comuns da experiência. Considerar as estratégias de sobrevivência, resistências e conexões sociais criadas nestes novos espaços (e existem nos espaços sociais de nascimento) são constitutivas de uma identidade do emigrante com sua memória do passado que precisam ser valorizados a fim de dar sentido à sua imigração, ao seu espaço-tempo atual e para transmitir aos seus filhos uma série de intercâmbios sociais e diferentes heranças culturais.

Muitas vezes frágeis e vulneráveis e marginalizados pela situação atual, os emigrantes, inconscientemente, parecem buscar o que tem de mais positivo em sua história de imigrantes para justificar o não retorno a Cabo Verde. Suas histórias podem oferecer uma nova perspectiva, diferente da perspectiva de migração induzida e para melhor compreender a real participação deste grupo social na história agrícola do país. Pois parece que está constantemente na sua intenção enfatizar a falta de reconhecimento por parte da sociedade saotomense.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, L.F. (de). O trato dos viventes. São Paulo : Companhia das letras, 2000.

CARREIRA, A. Migrações nas ilhas de Cabo Verde, Lisboa. Cabo Verde: Instituto Caboverdeano do Livro, 1977.

CURTIN, P.D. “As plantações”, Escravos com ou sem açúcar in Seminário Internacional de Funchal, 1996, Região autônoma de Madeira : Atas, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

EYZAGUIRE, P. Small farmers and Estates in São Tomé, West Africa. 1986. PHD. Yale University : University Microfilms International.

HAMILTON, R. Literatura Africana, Literatura necessária II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Lisboa : Edições 70, 1984.

MACAMO E. The Denial of Modernity – The Regulation of Native Labour in Colonial Mozambique and its Postcolonial Aftermath” in CODESRIA 10th General Assembly, Kampala 8th-12th December, 2002.

MASSA, F e J.-M. Dictionnaire Bilingue Portugais – Français Vol.2, Rennes, GDR 817 (CNRS) – EDPAL (UHB), 1998.

NARTEY, Robert Nii. From slave to serviçal: Labor in the plantation economy of São Tomé and Príncipe. PHD, 1986. Chicago : University microfilms International.

NASCIMENTO, A. Poderes e cotidiano nas roças de S.Tomé e Príncipe. Lousã : tipografia Lousanense, 2002.

_____. O fim de caminhu longi, ilheu : editora Cabo Verde, 2007.

PÉLISSIER, R. Le Naufrage des Caravelles. Études sur la fin de l’Empire portugais (1961-1975). Orgeval : Editions Pelissier, 1979.

SANTOS, C.M. A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais : São Tomé, primeira metade do século XVI » in *Studia*, Lisboa, 54/55 : 51-91.

SEMEDO, A. La course aux visas des Capverdiens in Brochure diaspora, 2010.

TENREIRO, F. A ilha de São Tomé, Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

VALVERDE, P. Máscara, mato e morte em São Tomé: textos para uma etnografia de São Tomé, Oeiras : Celta Editora, 2000.

Sites consultados:

≤ http://viagemastomeprincipe.blogspot.com/2007/05/roas-em-s-tom_03.html ≥. Acesso dia 03 de fevereiro de 2010.

.≤ <http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDImg/ShowImage.aspx?q=/AHSTP/fotografias/roças&p=1> ≥ . Acesso em 18 de fevereiro de 2010.

<http://principesaotome.blogspot.com/2010/05/jose-maria-neves-regressa-sao-tome-e.html>. Acesso em 02 décembre 2010